



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000053800

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1015365-26.2023.8.26.0405, da Comarca de Osasco, em que é apelante MARINA HUGUENIN WERMELINGER (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados BANCO C6 S/A, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A e BANCO BRADESCO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS ABRÃO (Presidente) E THIAGO DE SIQUEIRA.

São Paulo, 27 de janeiro de 2025.

PENNA MACHADO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº: 29124

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 1015365-26.2023.8.26.0405

APELANTE: MARINA HUGUENIN WERMELINGER

APELADOS: BANCO BRADESCO S/A, BANCO C6 S.A., BANCO SANTANDER S.A.

COMARCA: OSASCO

JUIZ “A QUO”: RUBENS PEDREIRO LOPES

APELAÇÃO CÍVEL. Ação de repactuação de dívidas. Sentença de improcedência. Inconformismo da Autora. Empréstimos consignados e empréstimos pessoais. Ausência dos requisitos elencados no Artigo 54-A, parágrafo 1º, do Código de Defesa do Consumidor. Não comprovada a impossibilidade manifesta de pagar a totalidade das dívidas de consumo em comprometimento do mínimo existencial. Consumidora que não se enquadra na situação de superendividamento, inviabilizando a repactuação de dívidas. Improcedência mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Trata-se de Recurso de Apelação interposto em face da r. sentença de fls. 428/432, que nos Autos de “*Ação de repactuação de dívidas*”, julgou improcedentes os pedidos autorais, condenando a Requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Inconformada, apela a Requerente vencida (fls. 435/441), sustentando, em síntese, que nos termos do art. 54-A, a repactuação prevista na Lei se refere às dívidas relacionadas a quaisquer compromissos financeiros assumidos alegando que não possui condições de saldar ou negociar suas dívidas cujo valor estão acima de suas condições, claramente comprovadas que comprometem quase a totalidade de seu salário.

Aponta que se aplica a Legislação em concreto, eis que comprometida mais de 50% da renda da Autora comprometendo suas necessidades básicas do próprio sustento e de sua família, como objetivo da referida Lei, previsto no artigo 6º, inciso XI, do CDC.

Por fim, requer o provimento do Recurso e a reforma da sentença.

Recurso processado regularmente, tempestivo, isento de preparo e com a apresentação de Contrarrazões (fls. 445/450; 451/467).

É o breve Relatório.

Cuida-se de “*Ação de repactuação de dívidas*” proposta por “**MARINA HUGUENIN WERMELINGER**” em face de “**BANCO BRADESCO S/A**”, “**BANCO SANTANDER BRASIL S.A.**” “**BANCO C6 S.A.**”.

Com efeito, rege o Artigo 54-A do Código de Defesa do Consumidor, incluído pela Lei nº 14.181 de 2021:

“Art. 54-A. Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor.

§ 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.

§ 2º As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.

§ 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.”

Extraí-se de referido dispositivo legal que o superendividamento se caracteriza como a impossibilidade do consumidor adimplir a integralidade de suas dívidas contraídas, sem comprometer o mínimo existencial.

Por sua vez, o artigo 3º, do Decreto nº 11.150/2022, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 11.567/2023, direciona um critério definidor de “mínimo existencial”:

“Art. 3. No âmbito da prevenção, do tratamento e da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendividamento, considera-se mínimo

existencial a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a R\$ 600,00 (seiscentos reais).”

Necessário, pois, que reste comprovado o requisito de inviabilidade de conservação do ínfimo para subsistência do consumidor em virtude da existência de dívidas, sendo então aplicável o rito processual previsto na Lei nº 14.181/2021.

Na peculiaridade dos Autos, depreende-se que a Autora deixou de apresentar plano de pagamento referente aos empréstimos pactuados.

Ademais, é enfermeira, percebendo vencimentos superiores a R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Por sua vez, a Autora informa que os empréstimos que ela almeja repactuar soba alegação de superendividamento consomem 54% da mesma.

Assim, mesmo informando que os empréstimos consignados bancários comprometem 54% dos vencimentos mensais brutos auferidos pela Requerente, ainda resta para sua subsistência valor superior ao mínimo existencial previsto no aludido Decreto, tornando-se, portanto, inviável a instauração do plano de repactuação de dívidas.

Portanto, não restou comprovada a situação de superendividamento alegada pelo Requerente.

No mesmo tom, são colhe-se precedente desta C. Câmara:

“APELAÇÃO DA AUTORA. AÇÃO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA QUE O ARTIGO 104-B DO CDC NÃO FOI CUMPRIDO. ENTRETANTO, ARTIGO 54-A, §1º, DO CDC E DO ART. 3º DO DECRETO Nº 11.150/2022 NÃO CUMPRIDOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.” (*Apelação Cível 1043918-28.2023.8.26.0100; Relator (a): César Zalaf; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 32ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/07/2024*).

Logo, de rigor a manutenção da r. Sentença como proferida.

De qualquer modo, para viabilizar eventual acesso às vias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

extraordinária e especial, considero prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional.

Pelo exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao Recurso, ficando integralmente mantida a r. sentença como acertadamente proferida, majorando-se a verba honorária fixada para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa atualizado, nos termos do Artigo 85, parágrafo 11 do Código de Processo Civil, ressalvada a gratuidade processual.

PENNA MACHADO
Relatora